

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas à Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.
ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2014	2013		2014	2013
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	466.234	365.793	CIRCULANTE	507.937	428.397
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	4.381	2.444	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e)	803	15.932
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	374.919	299.558	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11d)	507.062	412.370
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	76.075	63.613	Outras Obrigações	72	95
Créditos Tributários (Nota 16c)	10.681	-			
Valores a Receber (Nota 6)	178	178	NÃO CIRCULANTE	506.786	267.104
NÃO CIRCULANTE	13.520.338	11.545.706	Provisão para Impostos e Contribuições	3.150	2.046
Realizável a Longo Prazo	762.259	504.588	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	133.546	79.941
Valores a Receber (Nota 6)	367.896	225.917	Outras Obrigações (Nota 9)	370.090	185.117
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	235.773	171.355	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.971.849	11.215.998
Depósitos Judiciais	88.982	44.051	Capital Social (Nota 11a)	5.900.000	5.150.000
Créditos Tributários (Nota 16c)	69.608	63.265	Reservas de Lucros (Nota 11c)	6.997.902	6.076.703
Investimentos (Nota 7)	12.678.282	10.961.321	Outros Resultados Abrangentes	73.947	(10.705)
Intangível (Nota 8)	79.797	79.797	TOTAL	13.986.572	11.911.499
TOTAL	13.986.572	11.911.499			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013		2014	2013
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.835.730	1.470.923	Lucro Líquido	1.851.649	1.483.785
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	1.863.470	1.498.677	Ajuste de Avaliação Patrimonial	84.652	(885.911)
Resultado com Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	25.467	16.639	Total do Resultado Abrangente	1.936.301	597.874
Despesas Tributárias (Nota 12)	(50.162)	(42.438)			
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(3.045)	(1.955)			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.835.730	1.470.923			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	15.919	12.862			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.851.649	1.483.785			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.835.730	1.470.923
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.863.470)	(1.498.677)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(18.357)	(8.358)
Lucro Líquido Ajustado	(46.097)	(36.112)
(Aumento) em Ativos	(149.026)	(214.261)
Aumento em Obrigações	33.558	39.012
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(161.565)	(211.361)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Investimentos	(285.156)	(276.946)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	364.128	360.495
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	78.972	83.549
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo	150.700	173.000
Aumento de Capital	346.200	324.000
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(412.370)	(386.085)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	84.530	110.915
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.937	(16.897)
Início do Exercício	2.444	19.341
Fim do Exercício	4.381	2.444
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.937	(16.897)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais								
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais	Exercícios findos em 31 de dezembro	
							2014	2013
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.450.000	516.061	4.881.157	875.206	-	10.722.424		
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.483.785	1.483.785		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(885.911)	-	(885.911)		
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	597.874		
Aumento do Capital Social por Subscrição	324.000	-	-	-	-	324.000		
Aumento do Capital Social com Reservas	376.000	(376.000)	-	-	-	-		
Destinações: - Reservas	-	74.189	981.296	-	(1.055.485)	-		
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(428.300)	(428.300)		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.150.000	214.250	5.862.453	(10.705)	-	11.215.998		
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.851.649	1.851.649		
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	84.652	-	84.652		
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.936.301		
Aumento do Capital Social por Subscrição	346.200	-	-	-	-	346.200		
Aumento do Capital Social com Reservas	403.800	(140.062)	(263.738)	-	-	-		
Destinações: - Reservas	-	92.582	1.232.417	-	(1.324.999)	-		
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(526.650)	(526.650)		
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	166.770	6.831.132	73.947	-	12.971.849		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo, e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber estão apresentados na Nota 6.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas estão apresentados na Nota 7.

e) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis estão apresentados na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por *impairment*. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por *impairment*.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 1.863.470 (2013 - R\$ 1.498.677).

b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
				Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1) (3)	13.200.000		27.042.412	4.014.288	3.227.232	-
Banco Bradesco S.A. (1) (4)	38.100.000	82.465.756	15.314.943	4.706	1.091	0,14	113.618	99.410	20.374	16.925
Bradespar S.A. (1) (4)	4.100.000	8.937.995	101.483	1.675	728	0,69	61.446	62.107	568	(424)
Titanium Holdings S.A. (1)	314.000	685.565	75.113	37.056	-	50,00	342.782	304.724	37.556	29.325
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.449.092	537.816	1.688	-	0,08	5.101	4.610	425	370
Total							12.678.282	10.961.321	1.863.470	1.498.677

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados das companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (23,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%); e

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2015, respectivamente.

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 79.797 (2013 - R\$ 79.797), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 75.751 decorrentes do Banco Bradesco S.A. e R\$ 4.046 da Bradespar S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações, no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 370.090 (2013 - R\$ 185.117), refere-se, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2016.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período.....	79.941	5.565
Atualizações monetárias.....	6.771	2.861
Constituições, liquidas de reversões e baixas.....	46.834	71.515
No final do período.....	133.546	79.941

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias - classe "A" (I).....	257.768.587	249.989.617
Ordinárias - classe "B" (II).....	19.338.969	18.755.355
Preferenciais.....	293.633.235	284.771.938
Total	570.740.791	553.516.910

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 346.200, mediante a emissão de 17.223.881 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 8.362.584 ordinárias, das quais 7.778.970 da classe "A" e 583.614 da classe "B" e 8.861.297 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 23 de abril de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 403.800, sem emissões de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal", no montante de R\$ 140.062, e parte do saldo da conta "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 263.738.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 3,27 (2013 - R\$ 2,70), baseado na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme cálculos a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores.....	1.851.649	1.483.785
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares).....	566.435	549.509
Lucro por lote de mil ações básicas atribuível aos acionistas da Companhia (em Reais).....	3,27	2,70

c) Reservas de lucros

(I) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(II) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(III) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

d) Juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos, relativos ao exercício de 2014, está demonstrado a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	1.851.649	
Reserva legal.....	(92.582)	
Base de cálculo	1.759.067	
Juros sobre o capital próprio provisionados (2).....	526.650	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3).....	19.588	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2014	507.062	28,8
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2013	412.370	29,3

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio aplicado sobre a base de cálculo;

(2) Em reunião da Diretoria, realizada em 23 de dezembro de 2014, deliberou-se aprovar o pagamento aos acionistas da sociedade de juros sobre o capital próprio, no valor total de R\$ 526.650, com base no lucro líquido do exercício de 2014; e

(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte, referente ao Juros Sobre o Capital Próprio dos acionistas isentos.

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
COFINS.....	38.926	32.039
PIS.....	8.451	6.956
IOF.....	2.785	3.443
Total	50.162	42.438

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços prestados por terceiros.....	821	319
Editais e publicações.....	92	128
Multas.....	2.132	1.462
Outras.....	-	46
Total	3.045	1.955

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Juros ativos, líquido dos juros passivos.....	23.516	15.107
Rendimento de aplicações financeiras.....	1.951	1.532
Total	25.467	16.639

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	6	-	11	-
Valores a receber:				
BBD Participações S.A.	367.896	28.857	225.917	9.875
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber/ (pagar):				
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	370.655	505.319	296.397	415.002
Titanium Holdings S.A.	357	-	278	-
NCF Participações S.A.	4	-	24	-
Bradespar S.A.	-	2.048	-	2.215
Banco Bradesco S.A.	3.903	4.820	2.859	4.320
Fundação Bradesco (396.062)			(322.098)	
BBD Participações S.A. (111.000)			(90.271)	
Outras obrigações:				
Titanium Holdings S.A. (22.197)		(1.815)	-	-
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (347.893)		(29.576)	(185.117)	(8.808)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social).....	1.835.730	1.470.923
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(624.148)	(500.114)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	633.580	509.550
Despesas indedutíveis liquidas de receitas não tributáveis.....	1.570	1.136
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	179.061	145.622
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(174.144)	(143.332)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	15.919	12.862

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.104)	(942)
Subtotal	(1.104)	(942)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	15.980	13.264
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	1.043	540
Subtotal	17.023	13.804
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	15.919	12.862

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2013	Constituição	Realização	2014
Provisões fiscais.....	24.588	16.108	120	40.576
Outras provisões.....	38	24	32	30
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	24.626	16.132	152	40.606
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social.....	38.639	1.043	-	39.682
Total dos créditos tributários.....	63.265	17.175	152	80.288
Obrigações fiscais diferidas.....	2.046	1.104	-	3.150
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas.....	61.219	16.071	152	77.138

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Em 2014 e 2013, a Companhia não possuía créditos tributários não registrados.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 76.075 (2013 - R\$ 63.613) e ativo não circulante, no montante de R\$ 235.773 (2013 - R\$ 171.355), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 803 (2013 - R\$ 15.932), referem-se, a IRRF a recolher R\$ 9, IOF R\$ 765, PIS e COFINS R\$ 29 (2013 - R\$ 2) e IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio (2013 - R\$ 15.930).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que deveriam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nºs 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 6 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 425.700, mediante a emissão de 19.314.882 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 22,04 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de sua participação no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista no ato da subscrição.

DIRETORIA

Diretor-Presidente	Diretores
Lázaro de Mello Brandão	Antônio Bornia
	Mário da Silveira Teixeira Júnior
	Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
	Milton Matsumoto
Diretor Vice-Presidente	José Alcides Munhoz
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Domingos Figueiredo de Abreu
	Aurélio Conrado Boni
	Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
	Marco Antonio Rossi
	Alexandre da Silva Glüher
	Josué Augusto Pancini
	Maurício Machado de Minas

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarmos necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 26 de março de 2015.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
ATIVO	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2014	2013
CIRCULANTE	466.234	365.793	CIRCULANTE	507.937	428.397
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	4.381	2.444	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 16e)	803	15.932
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 15a)	374.919	299.558	Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11d)	507.062	412.370
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	76.075	63.613	Outras Obrigações	72	95
Créditos Tributários (Nota 16c)	10.681	-	NÃO CIRCULANTE	506.786	267.104
Valores a Receber (Nota 6)	178	178	Provisão para Impostos e Contribuições	3.150	2.046
NÃO CIRCULANTE	13.520.338	11.545.706	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10)	133.546	79.941
Realizável a Longo Prazo	762.259	504.588	Outras Obrigações (Nota 9)	370.090	185.117
Valores a Receber (Nota 6)	367.896	225.917	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.971.849	11.215.998
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16d)	235.773	171.355	Capital Social (Nota 11a)	5.900.000	5.150.000
Depósitos Judiciais	88.982	44.051	Reservas de Lucros (Nota 11c)	6.997.902	6.076.703
Créditos Tributários (Nota 16c)	69.608	63.265	Outros Resultados Abrangentes	73.947	(10.705)
Investimentos (Nota 7)	12.678.282	10.961.321	TOTAL	13.986.572	11.911.499
Intangível (Nota 8)	79.797	79.797			
TOTAL	13.986.572	11.911.499			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2013	
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	1.835.730	1.470.923	
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 7)	1.863.470	1.498.677	
Resultado de Ativos/Passivos Financeiros (Nota 14)	25.467	16.639	
Despesas Tributárias (Nota 12)	(50.162)	(42.438)	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(3.045)	(1.955)	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.835.730	1.470.923	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	15.919	12.862	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.851.649	1.483.785	
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	3,27	2,70	
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	3,27	2,70	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
	Legal	Estatutária	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.450.000	516.061	4.881.157	875.206	-	1.483.785	10.722.424
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(885.911)	-	(885.911)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	597.874	-	597.874
Aumento do Capital Social por Subscrição	324.000	-	-	-	-	-	324.000
Aumento do Capital Social com Reservas	376.000	(376.000)	-	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	74.189	981.296	-	-	(1.055.485)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	(428.300)	(428.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.150.000	214.250	5.862.453	(10.705)	-	1.851.649	11.215.998
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	84.652	-	84.652
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	1.936.301	-	1.936.301
Aumento do Capital Social por Subscrição	346.200	-	-	-	-	-	346.200
Aumento do Capital Social com Reservas	403.800	(140.062)	(263.738)	-	-	-	-
Destinações - Reservas	-	92.582	1.232.417	-	-	(1.324.999)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(526.650)	(526.650)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.900.000	166.770	6.831.132	73.947	-	12.971.849	12.971.849

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. (a "Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação no capital de outras empresas, especialmente, das que detém o direito, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, provisões e contingências passivas, considerando as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e são representados por disponibilidades e aplicações em fundos de investimento, e apresentam riscos insignificantes de mudança de valor justo, e são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

c) Valores a receber

Os valores a receber são mensurados pelo custo amortizado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável. A composição dos valores a receber está apresentada na Nota 6.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a empresa e suas coligadas e controladas, são eliminados na medida da participação da empresa e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (impairment) do ativo transferido. A composição dos investimentos em coligadas e controladas está apresentada na Nota 7.

e) Ativos Intangíveis

Ativos intangíveis são compostos por itens não monetários, sem substância física e separadamente identificáveis. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados durante sua vida útil econômica estimada, que não ultrapassa 20 anos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Na data de cada exercício social, os ativos intangíveis são testados para detectar indícios de redução ao seu valor recuperável ou mudanças nos benefícios econômicos futuros estimados. Caso existam tais indícios, os ativos intangíveis são analisados para avaliar se seu valor contábil pode ser recuperado por completo. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil exceder o valor recuperável.

Ágio (Goodwill)

O ágio é originado no processo de aquisição de coligadas e controladas. O ágio representa o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma coligada ou controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas é reconhecido em "Ativos Intangíveis" e o ágio da aquisição de coligadas é incluído no valor dos investimentos de coligadas. A composição dos ativos intangíveis está apresentada na Nota 8.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Companhia avalia anualmente, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e esta podendo ser estimada de maneira confiável, reconhece no resultado a perda por impairment. Nos exercícios de 2014 e de 2013, não houve perdas por impairment.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 10.

7) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial" e corresponderam, no exercício, a R\$ 1.863.470 (2013 - R\$ 1.498.677).

b) A composição dos investimentos de coligadas e controladas está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social (%)	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
				ON	PN		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações (1) (3)	13.200.000	27.042.412	4.014.288	3.227.232	-	44,95	12.155.335	10.490.470	1.804.547	1.452.481
Banco Bradesco S.A. (1) (4)	38.100.000	82.465.756	15.314.943	4.706	1.091	0,14	113.618	99.410	20.374	16.925
Bradespar S.A. (1) (4)	4.100.000	8.937.995	101.483	1.675	728	0,69	61.446	62.107	568	(424)
Titanium Holdings S.A. (1)	314.000	685.565	75.113	37.050	-	50,00	342.782	304.724	37.556	29.325
NCF Participações S.A. (1)	4.299.354	6.449.092	537.816	1.688	-	0,08	5.101	4.610	425	370
Total							12.678.282	10.961.321	1.863.470	1.498.677

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrente de resultado, bem como ajustes na avaliação de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(3) Os principais ativos da Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Banco Bradesco S.A. (23,81%) e na Bradespar S.A. (12,93%); e

(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Banco Bradesco S.A. e Bradespar S.A. foram divulgadas em 31 de março de 2015 e em 19 de março de 2015, respectivamente.

8) INTANGÍVEL

O intangível corresponde ao ágio de R\$ 79.797 (2013 - R\$ 79.797), fundamentado na mais-valia das ações, que é a diferença entre o valor de mercado das ações e o respectivo valor contábil, sendo R\$ 75.751 decorrentes do Banco Bradesco S.A. e R\$ 4.046 da Bradespar S.A., os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações, no Passivo Não Circulante, no montante de R\$ 370.090 (2013 - R\$ 185.117), refere-se, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2016.

10) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. O principal processo refere-se a não inclusão, na base de cálculo da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida. A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

Movimentação das provisões

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
No início do período	79.941	5.565
Atualizações monetárias	6.771	2.861
Constituições, liquidações de reversões e baixas	46.834	71.515
No final do período	133.546	79.941

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e ampara na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 2014 e 2013, não há processos contingentes avaliados com risco de perda possível.

11) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2014	2013
Ordinárias - classe "A" (I)	257.768.587	249.989.617
Ordinárias - classe "B" (II)	19.338.969	18.755.355
Preferenciais - classe "B" (II)	293.633.235	284.771.938
Total	570.740.791	553.516.910

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfizem os requisitos do item I.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 7 de março de 2014, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 346.200, mediante a emissão de 17.223.881 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 8.362.584 ordinárias, das quais 7.778.970 da classe "A" e 583.614 da classe "B" e 8.861.297 preferenciais.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2013	
Lucro Líquido	1.851.649	1.483.785	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	84.652	(885.911)	
Total do Resultado Abrangente	1.936.301	597.874	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2014	2013	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.835.730	1.470.923	
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.863.470)	(1.498.677)	
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros	(18.357)	(8.358)	
Lucro Líquido Ajustado	(46.097)	(36.112)	
(Aumento) em Ativos	(149.026)	(214.261)	
Aumento em Obrigações	33.558	39.012	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(161.565)	(211.361)	
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Aquisição de Investimentos	(285.156)	(276.946)	
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	364.128	360.495	
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	78.972	83.549	
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Contrato de Mútuo	150.700	17	

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

13) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Serviços prestados por terceiros.....	821	319
Ediais e publicações.....	92	128
Multas.....	2.132	1.462
Outras.....	-	46
Total	3.045	1.955

14) RESULTADO COM ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Juros ativos, líquido dos juros passivos.....	23.516	15.107
Rendimento de aplicações financeiras.....	1.951	1.532
Total	25.467	16.639

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2014		2013	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	6	-	11	-
Valores a receber:				
BBD Participações S.A.	367.896	28.857	225.917	9.875
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber/pagar:				
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	370.655	505.319	296.397	415.002
Titanium Holdings S.A.	357	-	278	-
NGF Participações S.A.	4	-	24	-
Bradespar S.A.	-	2.048	-	2.215
Banco Bradesco S.A.	3.903	4.820	2.859	4.320
Fundação Bradesco	(396.062)	-	(322.098)	-
BBD Participações S.A.	(111.000)	-	(90.271)	-
Outras obrigações:				
Titanium Holdings S.A.	(22.197)	(1.815)	-	-
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações	(347.893)	(29.576)	(185.117)	(8.808)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	1.835.730	1.470.923
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.	(624.148)	(500.114)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes.....	633.580	509.550
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	1.570	1.136
Juros sobre o capital próprio a pagar.....	179.061	145.522
Juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.....	(174.144)	(143.332)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15.919	12.862

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2013
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(1.104)	(942)
Subtotal	(1.104)	(942)
Impostos diferidos:		
Constituição (realização) no exercício, sobre adições temporárias.....	15.980	13.264
Constituição no exercício, sobre prejuízo fiscal e base negativa	1.043	540
Subtotal	17.023	13.804
Imposto de renda e contribuição social do exercício	15.919	12.862

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro		
	2013	Constituição	Realização
Provisões fiscais.....	24.588	16.108	120
Outras provisões.....	38	24	32
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	24.626	16.132	152
Prejuízo fiscal/base negativa da contribuição social	38.639	1.043	-
Total dos créditos tributários	63.265	17.175	152
Obrigações fiscais diferidas.....	2.046	1.104	-
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	61.219	16.071	152

Há perspectiva de realização dos créditos tributários em até 5 anos. Em 2014 e 2013, a Companhia não possuía créditos tributários não registrados.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo circulante, no montante de R\$ 76.075 (2013 - R\$ 63.613) e ativo não circulante, no montante de R\$ 235.773 (2013 - R\$ 171.355), referem-se a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores, imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras e sobre juros sobre o capital próprio.

e) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 803 (2013 - R\$ 15.932), referem-se, a IRRF a recolher R\$ 9, IOF R\$ 765, PIS e COFINS R\$ 29 (2013 - R\$ 2) e IRRF sobre Juros sobre o Capital Próprio (2013 - R\$ 15.930).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, não possuía contingências cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis e possíveis, que devam ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 2014 e 2013;

b) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013;

c) Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins.

A referida Lei foi regulamentada através das Instruções Normativas nº 1.515/14 e 1.520/14. Em nossa avaliação, não haverá impactos relevantes futuros em nossas demonstrações contábeis.

d) Em 01 de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 01 de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4,00%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.

e) Em 14 de maio de 2015, foi publicada a Lei nº 13.114, que altera o artigo 1º do Decreto nº 8.426, de 6 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 425.700, mediante a emissão de 19.314.982 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 22,04 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de sua participação no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista no ato da subscrição.

18) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 6 de março de 2015, deliberou-se aumentar o Capital Social, no valor de R\$ 425.700, mediante a emissão de 19.314.982 novas ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 22,04 por ação, para subscrição particular pelos acionistas na proporção de sua participação no Capital Social na data da Assembleia, com integralização à vista no ato da subscrição.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Lázaro de Mello Brandão

Diretor Vice-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores
Antônio Borna
Mário da Silveira Teixeira Júnior
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
Milton Matsumoto
José Alcides Munhoz
Domingos Figueiredo de Abreu

Aurélio Conrado Boni
Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
Marco Antonio Rossi
Alexandre da Silva Gúther
José Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas

Marcos Aparecido Galende
Contador - CRC 1SP201309/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos

relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Osasco, 23 de abril de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1